

BRDE

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO
DO EXTREMO SUL



Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Conglomerado Prudencial



Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos

Controladores e aos Diretores do

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa 2 às referidas demonstrações financeiras.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião



Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE elaborou um conjunto de demonstrações financeiras para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, nesta mesma data.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessário para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 25 de março de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC-1SP214144/O-1

	Nota	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE		4.677.122	5.395.592
Disponibilidades		28	43
Títulos e valores mobiliários	4	587.838	769.231
Aplicações no mercado aberto		587.838	769.231
Títulos e valores mobiliários	5	1.821.598	2.043.026
Carteira própria		1.814.793	2.036.604
Vinculados à prestação de garantias		6.805	6.422
Operações de crédito	6	1.901.274	2.272.762
Operações de crédito		1.963.716	2.380.665
Provisão para operações de crédito		(62.442)	(107.903)
Outros créditos		301.193	248.201
Créditos por avais e fianças honrados		2.791	55.166
Rendas a receber		7.664	5.958
Diversos	7	291.194	242.247
Provisão para outros créditos		(456)	(55.170)
Outros valores e bens	8	65.191	62.329
Outros valores e bens		71.888	69.873
Provisão para desvalorização		(6.697)	(7.544)
ATIVO NÃO CIRCULANTE		12.194.728	11.859.858
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		12.140.757	11.811.155
Títulos e valores mobiliários	5	655.639	632.275
Carteira própria		655.639	632.275
Operações de crédito	6	11.279.409	10.850.506
Operações de crédito		11.533.493	11.119.792
Provisão para operações de crédito		(254.084)	(269.286)
Outros créditos		205.709	326.544
Rendas a receber		278	3.799
Diversos	7	205.440	322.747
Provisão para outros créditos		(9)	(2)
Outros valores e bens	8	-	1.830
Investimentos temporários		311	3.114
Provisão para perdas de investimentos temporários		(311)	(1.284)
PERMANENTE	9	53.971	48.703
Investimentos - outros		602	1.669
Imobilizado de uso		38.680	40.190
Imóveis de uso		44.148	43.847
Outras imobilizações de uso		22.337	21.910
Depreciação acumulada		(27.805)	(25.567)
Imobilizado de arrendamento		-	-
Bens arrendados		1.449	1.449
Depreciação acumulada		(1.449)	(1.449)
Intangível		14.689	6.844
Ativos intangíveis		35.083	21.802
Amortização acumulada		(20.394)	(14.958)
TOTAL DO ATIVO		16.871.850	17.255.450

(continua)

	Nota	2019	2018
PASSIVO CIRCULANTE		3.208.010	3.239.732
Obrigações por repasses no país - instit. oficiais	10	2.762.529	2.366.960
Tesouro Nacional		66	220
Banco do Brasil		30.302	28.830
BNDES		2.167.470	1.816.201
CEF		8.807	6.310
FINAME		461.345	475.390
FINEP		47.095	36.905
Mtur- FUNGETUR		47.444	3.104
Mapa - FUNCAFÉ		-	-
Obrigações por repasses do exterior	10	51	10
Repasses do exterior		51	10
Outras obrigações		445.430	872.762
Sociais e estatutárias		9.065	-
Fiscais e previdenciárias	11	62.532	99.701
Fundos financeiros e de desenvolvimento		329.102	721.420
Diversas	12	44.731	51.641
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		10.770.661	11.332.210
Obrigações por repasses no país - instit. oficiais	10	10.163.458	10.901.233
Tesouro Nacional		-	490
Banco do Brasil		350	176.425
BNDES		155.055	8.985.318
CEF		8.348.851	71.870
FINAME		162.299	1.459.118
FINEP		1.207.870	201.495
Mtur- FUNGETUR		263.382	6.517
Mapa - FUNCAFÉ		25.651	-
Obrigações por repasses do exterior	10	136.998	40.377
Repasses do exterior		136.998	40.377
Outras obrigações		470.205	390.600
Fiscais e previdenciárias	11	63.205	68.167
Diversas	12	407.000	322.433
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		6.176	7.180
Resultados de exercícios futuros		6.176	7.180
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 11)		2.887.003	2.676.328
Capital social	14	1.343.193	1.174.413
Capital		1.270.593	1.174.413
Aumento de capital		72.600	-
Reserva de capital		1.696.433	1.587.249
Ajustes de avaliação patrimonial		(152.623)	(85.334)
TOTAL DO PASSIVO		16.871.850	17.255.450

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Valores expressos em milhares de reais

	Nota	2º Semestre 2019	Exercício 2019	Exercício 2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		693.421	1.348.063	1.468.886
Operações de crédito	16	600.383	1.146.183	1.268.349
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		17.134	39.308	200.537
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		75.904	162.572	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(336.049)	(686.570)	(926.765)
Operações de empréstimos e repasses		(304.904)	(629.296)	(693.549)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(31.145)	(57.274)	(233.216)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		357.372	661.493	542.121
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(132.539)	(252.441)	(191.762)
Receitas de prestação de serviços	17	16.988	32.239	29.083
Despesas de pessoal	18	(91.506)	(178.959)	(176.044)
Outras despesas administrativas	19	(29.231)	(53.321)	(48.876)
Despesas tributárias		(16.658)	(32.897)	(35.497)
Outras receitas operacionais	20	19.367	45.725	104.467
Outras despesas operacionais	21	(31.499)	(65.228)	(64.895)
RESULTADO OPERACIONAL		224.833	409.052	350.359
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		2.038	6.058	(403)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		226.871	415.110	349.956
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15	(58.489)	(137.146)	(171.436)
Provisão para imposto de renda		(2.582)	(34.456)	(75.297)
Provisão para contribuição social		(2.695)	(22.840)	(57.703)
Ativo fiscal diferido		(53.212)	(79.850)	(38.436)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		168.382	277.964	178.520

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Valores expressos em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Aumento de Capital</u>	<u>Incentivos fiscais</u>	<u>Reserva de capital Fundo regimental</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2018	1.013.907	-	709	1.568.526	(72.396)		2.510.746
Ajustes de avaliação patrim - TVM					52		52
Ajustes de avaliação patrim - Ganhos atuariais					(12.990)		(12.990)
Aumento de capital	160.506			(160.506)			-
Lucro líquido do exercício						178.520	178.520
Constituição de reservas				178.520		(178.520)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	1.174.413	-	709	1.586.540	(85.334)		2.676.328
Ajustes de avaliação patrim - TVM					789		789
Ajustes de avaliação patrim - Ganhos atuariais					(68.078)		(68.078)
Aumento de capital	96.180			(168.780)			(72.600)
Lucro líquido do exercício						277.964	277.964
Constituição de reservas				277.964		(277.964)	-
Aumento de capital - homologado BACEN 10/03/2020		72.600					72.600
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	1.270.593	72.600	709	1.695.724	(152.623)		2.887.003
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019	1.270.593		709	1.599.942	(85.713)		2.785.531
Ajustes de avaliação patrim - TVM					600		600
Ajustes de avaliação patrim - Ganhos atuariais					(67.510)		(67.510)
Aumento de capital				(72.600)			(72.600)
Lucro líquido do semestre						168.382	168.382
Constituição de reservas				168.382		(168.382)	-
Aumento de capital - homologado BACEN 10/03/2020		72.600					72.600
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	1.270.593	72.600	709	1.695.724	(152.623)		2.887.003

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Valores expressos em milhares de reais

	2º Semestre 2019	Exercício 2019	Exercício 2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido ajustado	350.462	517.938	463.091
Lucro líquido do semestre	168.382	277.964	178.520
Depreciação e amortização	3.876	7.717	5.776
(Ganhos)/Perdas de capital	(29)	(33)	1
Alienação de investimentos	-	1.100	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	31.145	57.273	233.216
Provisão para garantias financeiras prestadas	(2.709)	(5.423)	(11.443)
Provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis	3.740	6.026	517
Provisão ISBRE/Benefícios pós-emprego, líquido de reversões	92.844	95.557	18.068
Imposto de renda e contribuição social diferidos	53.213	77.757	38.436
Varição de Ativos e Obrigações	(456.901)	(651.629)	(614.749)
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	(34.122)	231.824	(619.734)
(Aumento)/Redução em operações de crédito	(150.740)	(108.116)	115.985
(Aumento)/Redução em outros créditos	(33.200)	(21.865)	19.176
(Aumento)/Redução em outros valores e bens	(8.846)	(1.032)	(20.222)
Aumento/(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(69.020)	(245.543)	(406.106)
Aumento/(Redução) em outras obrigações	(80.016)	(330.207)	540.115
Aumento/(Redução) em resultados de exercícios futuros	(104)	(1.005)	501
Aumento/(Redução) em ajustes de avaliação patrimonial	(66.909)	(67.288)	(12.939)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(13.944)	(108.397)	(231.525)
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(106.439)	(133.691)	(151.658)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aumento)/Redução em TVM mantidos até o vencimento	(14.569)	(33.666)	171.063
Alienação de imobilizado	181	327	-
Aquisição de imobilizado	(496)	(1.055)	(22.696)
Aplicação no intangível	(2.564)	(13.324)	(2.785)
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(17.448)	(47.718)	145.582
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(123.887)	(181.409)	(6.076)
Caixa e Equivalentes a Caixa no Início do Semestre	711.753	769.275	775.350
Disponibilidades	125	44	5
Títulos e Valores Mobiliários Equivalentes a Caixa	711.628	769.231	775.345
Caixa e Equivalentes a Caixa no Final do Semestre	587.866	587.866	769.274
Disponibilidades	28	28	43
Títulos e Valores Mobiliários Equivalentes a Caixa	587.838	587.838	769.231

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Valores expressos em milhares de reais

	2º Semestre 2019	Exercício 2019	Exercício 2018
RECEITAS	698.754	1.372.834	1.338.108
Intermediação financeira	691.983	1.346.625	1.466.195
Prestação de serviços	16.988	32.239	29.083
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(31.145)	(57.274)	(233.216)
Provisão para garantias financeiras prestadas	2.709	5.424	11.443
Outras	18.219	45.820	64.603
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	304.904	629.296	692.277
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	54.234	107.467	76.980
Materiais, energia e outros	50.634	98.701	69.332
Serviços de terceiros	3.600	8.766	7.648
VALOR ADICIONADO BRUTO	339.616	636.071	568.851
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	3.876	7.717	5.776
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	335.740	628.354	563.075
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	355.604	648.218	563.075
Pessoal	77.891	153.183	151.849
Remuneração direta	60.632	117.785	111.641
Benefícios	13.144	27.226	32.787
FGTS	4.115	8.172	7.421
Impostos, taxas e contribuições	108.628	215.685	231.126
Federais	107.558	213.560	227.523
Estaduais	-	37	34
Municipais	1.070	2.088	3.569
Remuneração de capitais de terceiros	703	1.386	1.580
Alugueis	703	1.386	1.580
Remuneração de capitais próprios	168.382	277.964	178.520
Lucros retidos do semestre	168.382	277.964	178.520

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE é uma instituição financeira pública constituída sob a forma de convênio celebrado entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e se constitui em instrumento dos governos desses Estados para o fomento às atividades produtivas da Região Sul, de acordo com o Decreto Federal n.º 51.617, de 5 de dezembro de 1962. Sua ação é efetuada através da canalização de recursos de médio e de longo prazo para atender às necessidades de financiamento dos investimentos produtivos que se realizam na região.

2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, emanadas das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco Central do Brasil - BACEN e da Lei das Sociedades por Ações. A aplicação dessas práticas requer que a instituição use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente; provisão para créditos de liquidação duvidosa; ativos fiscais diferidos; provisão para demandas trabalhistas, fiscais, previdenciárias e cíveis; valorização de instrumentos financeiros; e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada na data de 25 de março de 2020.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Resultado das operações

É apurado pelo regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

(b) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN n.º 3.068, de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias, a saber:

- (i) títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
- (ii) títulos disponíveis para a venda - atualizados com base nas condições intrínsecas em contrapartida ao resultado do exercício, e ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e
- (iii) títulos mantidos até o vencimento - atualizados com base nas condições intrínsecas, em contrapartida ao resultado do exercício.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando for aplicável, os rendimentos, as variações monetárias "pro rata die" incorridas e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perda ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

(d) Carteira de crédito e outros créditos

Os empréstimos e financiamentos concedidos decorrem principalmente de repasses provenientes do sistema BNDES-FINAME, conforme Nota 10, além de outras instituições financeiras, órgãos governamentais e recursos próprios do BRDE. Os encargos e as variações monetárias são apropriados em base "pro rata die" incorridos, deduzidos das correspondentes receitas a apropriar, conforme determinam as normas do BACEN, dentre elas a Resolução BACEN n.º 2.682/99. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente do seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Conforme prevê a Resolução BACEN n.º 2.682/99, o mutuário, quando inadimplente, tem uma piora gradativa no seu nível de risco, atingindo após seis meses o "rating H". Para as operações que possuam saldo vincendo superior a 36 meses, esse prazo é contado em dobro. As operações de crédito, quando classificadas no "rating H", permanecem na carteira ativa até completarem seis meses, sendo então transferidas para compensação.

As operações renegociadas, que não tenham sido transferidas para compensação, são classificadas no mesmo nível que estavam antes de renegociação, enquanto que, as que já tinham sido transferidas para compensação, são classificadas em "H". Todavia, em ambos os casos, admite-se a classificação para níveis melhores sempre que houver amortização significativa ou ocorrência de fato relevante que justifique a diminuição do risco.

(e) Provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos

A provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos, efetuada com base nos percentuais mínimos estabelecidos nas normas do BACEN, e complementada por provisões adicionais em relação ao mínimo exigido pela regulamentação, é fundamentada na análise de cada operação e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos das carteiras.

(f) Ativo permanente

- **Imobilizado de uso:** demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais que levam em consideração a vida útil dos bens:

	<u>Taxas</u>
Imóveis	4% a.a.
Instalações, Equipamentos e Sistemas de Comunicação e Segurança	10% a.a.
Sistemas de processamento de dados e Veículos	20% a.a.

Esses ativos são revistos anualmente para verificar se há alguma indicação de perda no seu valor recuperável e, quando aplicável, um ajuste é reconhecido.

- **Intangível:** corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua

disponibilidade para uso. A entidade avalia, ao fim de cada período de reporte, se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo.

(g) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando for aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro rata die" incorridas, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(h) Impostos e contribuições

A provisão para constituição do imposto de renda é de 25% (alíquota-base de 15%, mais adicional de 10%) e da contribuição social é de 15% para os meses de janeiro e fevereiro de 2020 e 20% a partir de março de 2020. Para o programa de integração social - PIS e contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS as alíquotas vigentes, e utilizadas para cálculo, são 0,65% e 4%, respectivamente.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social, apurados nas alíquotas a serem praticadas a partir de 2020, são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na Circular BACEN n.º 3.171/02, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações da instituição, demonstrado na Nota 15.1, está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico revisado e atualizado em dezembro de 2019.

(i) Provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/09 e Carta Circular BACEN n.º 3.429/10.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como praticamente certa a realização do ativo.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das mesmas possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseados em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados, apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

(j) Provisões atuariais

O Banco é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, cuja principal finalidade é a de manter planos de aposentadorias e pensões (Nota 22). O regime atuarial de apuração do custo e contribuições dos planos é o de capitalização, avaliado anualmente por atuário independente.

Os ganhos ou perdas atuariais reconhecidos de um determinado período correspondem a aumentos ou reduções no valor presente da obrigação de benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e os ajustes pela experiência.

Os benefícios pós-emprego são reconhecidos na demonstração do resultado da seguinte forma:

- Custo do serviço corrente: aumento do compromisso do plano (obrigações atuariais) resultante do serviço prestado pelo empregado no período, ou seja, em função da "aquisição" do direito pelo tempo da prestação do serviço por mais um período.
- Custo de juros sobre a obrigação atuarial: definido como o aumento, durante o período, no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo.
- Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido: compreendem ganhos e perdas atuariais, retorno sobre os ativos do plano excluindo valores considerados nos juros líquidos do benefício definido e qualquer mudança no efeito do teto de ativo excluindo os valores considerados nos juros líquidos de benefício definido.

(k) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem, na composição da demonstração de fluxos de caixa, os saldos de disponibilidades e aplicações em Fundos de Investimento que, em sua carteira, possuem prazo de resgate de até 90 dias a contar da data de aquisição do respectivo título (operações compromissadas) nos termos da Resolução CMN n.º 3.604/08. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do semestre, possuem liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor (Nota 4).

(l) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na demonstração dos fluxos de caixa foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	25	37
Cotas de fundos de investimento - recursos próprios	587.838	768.803

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários apresentam a seguinte composição:

Total de títulos e valores mobiliários	2019	2018
Cotas de fundos de investimento - fundo exclusivo (i)	2.497.606	2.632.967
Cotas de fundos de investimento - outros fundos	265.818	182.082
Cotas de fundos de investimento - recursos FSA	293.862	628.660
Cotas de fundos em participações (ii)	5.903	-
Ações de companhias abertas (iii)	1.844	880
Total	3.065.033	3.444.589
Circulante	3.047.247	3.433.855
Não Circulante	17.786	10.734

(i) Representam Cotas de Fundo Exclusivo de Investimento Renda Fixa, administrado pela BB Administração de Ativos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com base em parâmetros estabelecidos pelo BRDE, onde a meta é obter uma rentabilidade superior a 101% da taxa DI para 85% da carteira e superior a IPCA + 5% para os 15% restantes. Deste montante, R\$ 10.039 (2018 – R\$ 9.854) está caucionado a processos judiciais. O fundo é composto pelos seguintes tipos de títulos, avaliados a valor de mercado:

Títulos	2019	2018
Letra Financeira do Tesouro	961.731	909.861
Nota do Tesouro Nacional-B	413.478	394.576
Letras Financeiras Ligadas	112.833	106.328
Letras Financeiras Não Ligadas	401.205	392.690
Operação Compromissada	587.838	768.803
Outros Títulos	10.482	50.855
Total do Fundo	2.487.567	2.623.113
Cotas em garantia	10.039	9.854
Total do Fundo - Disponível	2.497.606	2.632.967

(ii) Representam fundos de investimentos em participações ou garantidores, que são administrados por instituições privadas, sendo as cotas dos fundos atualizadas pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data do balanço, apresentado, em 31 de dezembro 2019 a seguinte situação:

Fundo de Participação	Capital (Cotas)		Saldo Contábil
	Subscrito	Integralizado	Atualizado
Fundo Garantido de Investimentos - FGI	1.100	1.100	1.894
Fundo Criatec III	12.000	4.431	3.387
FIP Anjo Capital Semente	15.000	750	622

(iii) Os efeitos decorrentes da avaliação da carteira de ações, adquirida ao custo de R\$ 6.068, foram levados à conta específica do patrimônio líquido, deduzidos os efeitos tributários. A desvalorização de R\$ (4.224) (2018 – R\$ (5.188)) entre o valor de custo e o de mercado foi registrada no patrimônio líquido no montante de R\$ (2.323) (2018 – R\$ (3.113)) , após o registro de R\$ (1.901) (2018 – R\$ (2.075)) em “créditos tributários diferidos”, conforme demonstrado na Nota 15.1.

A composição dos títulos e valores mobiliários, classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, é a seguinte:

Em 31/12/2019	Para Negociação	Disponíveis para Venda	Mantidos até o Vencimento	Total
Cotas de Fundos de Investimentos	-	559.680	5.902	565.582
Letras Financeiras do Tesouro	961.731	-	-	961.731
Notas do Tesouro Nacional - B	-	-	413.478	413.478
Letras do Tesouro Nacional	20.564	-	-	20.564
Letras Financeiras Instituições Privadas	-	-	514.038	514.038
Ações de Companhias Abertas	-	1.844	-	1.844
Total	982.295	561.524	933.418	2.477.237
Ativo Circulante	982.295	559.680	277.779	1.819.754
Realizável a Longo Prazo	-	1.844	655.639	657.483
Em 31/12/2018	Para Negociação	Disponíveis para Venda	Mantidos até o Vencimento	Total
Cotas de Fundos de Investimentos	-	810.650	-	810.650
Letras Financeiras do Tesouro	910.085	-	-	910.085
Notas do Tesouro Nacional - B	-	-	394.705	394.705
Letras do Tesouro Nacional	59.836	-	-	59.836
Letras Financeiras Instituições Privadas	-	-	499.145	499.145
Ações de Companhias Abertas	-	880	-	880
Total	969.921	811.530	893.850	2.675.301
Ativo Circulante	763.135	397.890	444.164	1.605.189
Realizável a Longo Prazo	-	794	620.749	621.543

Os títulos públicos federais classificados como para negociação são mensurados pelo custo de aquisição e ajustados diariamente ao valor de mercado com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA. Os contratos futuros - “Derivativos” são precificados pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão diariamente.

Os títulos classificados como disponíveis para venda são mensurados pelo custo de aquisição, atualizados com base nas condições intrínsecas do papel e ajustados diariamente ao valor de mercado, sendo as cotas de fundo de investimento disponibilizadas pelo gestor do fundo e as ações pela cotação B3 – Brasil, Bolsa, Balcão;

Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em base “*pro-rata die*”, de acordo com as correspondentes taxas de juros efetivas.

Em 31 de dezembro o Banco possui ativos restritos no montante de R\$ 6.805 (2018 - R\$ 6.422) dados como garantia dessas operações.

O valor de custo das cotas de Fundo de Investimento está ajustado pelo seu valor patrimonial na data do balanço, que corresponde ao seu valor de mercado.

6. CARTEIRA DE CRÉDITOS

A carteira de crédito é composta por: operações de crédito (empréstimos e financiamentos), avais e fianças honrados e devedores por compra de valores e bens.

6.1 Composição da carteira de créditos por tipo de operação

	2019	2018
Empréstimos e títulos descontados	201.865	325.732
Financiamentos	4.666.970	4.642.645
Setor Público	352.796	286.603
Setor Pivado	4.314.174	4.356.042
Financiamentos agroindustriais	569.455	243.882
Financiamentos rurais	8.058.919	8.288.198
Investimento Agricultura	5.464.387	5.575.055
Investimento Pecuária	2.594.532	2.713.143
Total de operações de crédito	13.497.209	13.500.457
Outros créditos	26.500	78.154
Avais e fianças honrados	2.791	55.166
Devedores por compra de valores e bens (Nota 7)	23.709	22.988
Total da carteira de crédito	13.523.709	13.578.611
Provisão para carteira de crédito	(316.991)	(432.361)
Operações de crédito	(316.526)	(377.189)
Outros créditos	(465)	(55.172)
Total da carteira líquida de créditos	13.206.718	13.146.250
Circulante	1.906.896	2.272.758
Não circulante	11.299.822	10.873.492

6.2 Concentração da carteira de crédito

Risco	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Maior cliente	240.129	1,78%	268.480	1,98%
10 seguintes maiores clientes	1.700.831	12,58%	1.816.402	13,38%
20 seguintes maiores clientes	1.767.818	13,07%	1.618.449	11,92%
50 seguintes maiores clientes	1.747.225	12,92%	1.713.238	12,62%
100 seguintes maiores clientes	1.744.670	12,90%	1.748.514	12,88%
Demais clientes	6.323.036	46,77%	6.413.528	47,23%
Total da Carteira	13.523.709		13.578.611	

6.3 Distribuição da carteira de crédito por setor de atividade

	2019	2018
Setor Público	352.797	286.603
Administração pública	225.981	148.452
Indústria	126.816	138.151
Setor Privado	13.144.412	13.213.854
Agropecuária	4.142.598	4.488.546
Indústria	3.292.404	3.197.531
Infraestrutura	2.685.582	2.732.763
Comércio	2.188.795	2.010.851
Serviços	835.033	784.163
Total operações de crédito	13.497.209	13.500.457

6.4 Composição da carteira de créditos e correspondente provisão para perdas

Nível de Risco	2019				2018			
	Carteira	Provisão			Carteira	Provisão		
Res. BACEN		Adicional	Total	Res. BACEN		Adicional	Total	
AA	6.813.099	-	-	-	6.387.817	-	-	-
A	5.061.984	25.310	-	25.310	5.273.201	26.366	-	26.366
B	826.244	8.262	-	8.262	898.081	8.981	-	8.981
C	307.676	9.230	-	9.230	416.765	12.503	-	12.503
D	251.796	25.180	12.590	37.770	193.514	19.351	9.675	29.026
E	24.963	7.489	2.496	9.985	74.600	22.380	7.460	29.840
F	25.686	12.843	3.853	16.696	18.098	9.049	2.715	11.764
G	50.453	35.317	12.613	47.930	53.087	37.161	13.272	50.433
H	161.808	161.808	-	161.808	263.448	263.448	-	263.448
Totais	13.523.709	285.439	31.552	316.991	13.578.611	399.239	33.122	432.361

A provisão adicional corresponde ao valor excedente ao mínimo requerido pela Resolução BACEN nº 2682/99 e foi constituída dentro de critérios prudenciais estabelecidos pela Administração, em conformidade com a boa prática bancária, no sentido de permitir a absorção de perdas oriundas de circunstanciais aumentos de inadimplência por eventual reversão/mudança do ciclo econômico de setores em que o BRDE opera.

6.5 Composição da carteira de créditos por faixa de vencimento das operações

Operações em curso normal - sem atraso											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2019	2018
Parcelas Vincendas	6.802.252	5.051.867	776.169	261.047	225.703	8.297	18.026	40.894	138.741	13.322.996	13.123.691
01 a 30 dias	223.965	120.911	19.321	6.093	2.535	150	851	238	925	374.989	355.872
31 a 60 dias	65.174	57.351	6.989	4.292	2.255	103	281	90	579	137.114	150.057
61 a 90 dias	69.331	50.645	8.682	3.966	1.739	225	246	90	798	135.722	136.866
91 a 180 dias	523.816	222.091	20.201	21.291	7.302	712	1.020	404	2.501	799.338	574.589
181 a 360 dias	675.128	381.979	48.835	25.683	15.848	890	2.249	587	16.591	1.167.790	1.057.563
acima de 360 dias	5.244.838	4.218.890	672.141	199.722	196.024	6.217	13.379	39.485	117.347	10.708.043	10.848.744
Operações em curso anormal - com atraso superior a 14 dias											
Parcelas Vincendas	9.905	9.703	46.774	41.785	22.949	14.453	6.353	8.587	10.779	171.288	355.134
01 a 30 dias	16	43	652	740	565	260	150	146	203	2.775	4.449
31 a 60 dias	13	38	493	733	460	206	140	137	220	2.440	4.250
61 a 90 dias	14	36	502	678	464	206	242	151	129	2.422	3.887
91 a 180 dias	436	554	2.158	2.828	1.420	830	692	449	994	10.361	16.568
181 a 360 dias	830	722	5.520	5.894	4.388	1.609	898	962	1.302	22.125	35.307
acima de 360 dias	8.596	8.310	37.449	30.912	15.652	11.342	4.231	6.742	7.931	131.165	290.673
Parcelas Vencidas	942	414	3.301	4.844	3.144	2.213	1.307	972	12.288	29.425	99.786
Subtotal - curso anormal	10.847	10.117	50.075	46.629	26.093	16.666	7.660	9.559	23.067	200.713	454.920
Total da Carteira - 2019	6.813.099	5.061.984	826.244	307.676	251.796	24.963	25.686	50.453	161.808	13.523.709	
Total da Carteira - 2018	6.387.817	5.273.201	898.081	416.765	193.514	74.600	18.098	53.087	263.448		13.578.611

6.6 Movimentação da provisão da carteira de crédito

	2019	2018
Saldo inicial	432.361	525.870
Constituição	120.030	380.338
Reversão	(62.757)	(147.122)
Transferências para compensação	(172.643)	(326.725)
Saldo final	316.991	432.361

Em 2019, o BRDE atingiu o montante de R\$ 254.922 (2018 – R\$ 377.213) em acordos realizados.

6.7 Garantias financeiras prestadas

O BRDE possui, no final do exercício, carteira de garantias financeiras prestadas na modalidade de carta de fiança no montante de R\$ 105.494. Desse total, R\$ 101.347 (2018 – R\$ 245.929) estão assegurados por garantias reais (hipotecas, alienação fiduciária de equipamentos e penhor de ações, entre outros), e os R\$ 4.147 restantes não possuem garantias reais vinculadas diretamente ao contrato de fiança, mas contam com cláusula de sub-rogação nas garantias constituídas no contrato afiançado.

Nos termos previstos na Resolução BACEN n.º 2.682/99, aliado aos conceitos introduzidos pela Resolução BACEN n.º 4.512/16, é feito o cálculo da estimativa (provisão) de perda. Tal provisionamento encontra-se registrado em "Outras Obrigações - Diversas" (Nota 12).

Nível de Risco	2019				2018			
	Carteira	Provisão			Carteira	Provisão		
		Res. BACEN	Adicional	Total		Res. BACEN	Adicional	Total
AA ⁽¹⁾	49.747	-	-	-	31.772	-	-	-
A ⁽¹⁾	8.304	42	-	42	142.634	713	-	713
B ⁽¹⁾	2.397	24	-	24	19.050	190	-	190
C ⁽¹⁾	1.897	57	-	57	3.688	111	-	111
D ⁽¹⁾	18.749	1.875	937	2.812	19.350	1.935	968	2.903
D ⁽²⁾	4.147	415	207	622	4.712	471	236	707
E	-	-	-	-	-	-	-	-
F ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-	-	-
G	-	-	-	-	-	-	-	-
H ⁽¹⁾	20.253	20.253	-	20.253	24.723	24.723	-	24.723
Totais	105.494	22.666	1.144	23.810	245.929	28.143	1.204	29.347

(1) com garantia real

(2) com garantia por sub-rogação

7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15.1)	339.795	398.335
Devedores por depósitos em garantia	104.450	111.482
Devedores por compra de valores e bens (Nota 6.1)	23.709	22.988
Pagamentos a ressarcir	5.342	4.019
Adiantamentos e antecipações salariais	709	5.064
Pendências a regularizar	6.074	3.917
ISBRE - Reserva especial PB I (Nota 22.2)	15.791	-
Outras	758	19.089
Total	496.628	564.894
Ativo circulante	291.188	242.147
Ativo realizável a longo prazo	205.440	322.747

8. OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Investimentos Temporários	-	1.830
Participações societárias	311	3.114
Provisão para perdas em participações societárias	(311)	(1.284)
Outros Valores e Bens	65.143	62.329
Bens não de uso próprio	71.840	69.873
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	(6.697)	(7.544)
Despesas Antecipadas	47	-
Total	65.190	64.159
Ativo circulante	65.190	62.329
Ativo realizável a longo prazo	-	1.830

9. ATIVO PERMANENTE

9.1 Imobilizado de uso

	2019			2018
	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizações em curso	-	-	-	131
Terrenos	25.056	-	25.056	25.070
Edificações	19.092	(9.249)	9.843	10.179
Instalações	2.316	(2.015)	301	475
Móveis e equipamentos de uso	7.025	(5.490)	1.535	1.510
Sistema de processamento de dados	9.628	(8.600)	1.028	1.647
Outros	3.368	(2.451)	917	1.178
Total - 2019	66.485	(27.805)	38.680	
Total - 2018	65.758	(25.568)		40.190

9.2 Intangível

	2019			2018
	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Ativos Intangíveis - 2019	35.084	(20.395)	14.689	
Ativos Intangíveis - 2018	21.802	(14.958)		6.844

O Ativo Intangível do Banco está composto integralmente por software ou licenças de uso de mesma natureza.

10. OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Correspondem a recursos originários de programas oficiais, os quais são repassados a mutuários finais. Essas obrigações têm vencimentos até o ano 2042, estando sujeitas, na sua maior parte, a encargos financeiros prefixados, sendo repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas, acrescidos de "del credere".

Vencimento:	2019					2018
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais 5 anos	Total	Total
Repases do País	786.711	1.975.818	6.574.477	3.588.981	12.925.987	13.072.429
Tesouro Nacional	-	66	276	74	416	486
BB	4.943	25.359	110.563	44.492	185.357	200.762
BNDES	627.845	1.539.625	5.164.657	3.184.194	10.516.321	10.657.524
FINAME	97.170	364.175	1.018.334	189.536	1.669.215	1.817.190
CEF	2.269	6.538	59.927	102.372	171.106	90.290
FINEP	10.916	36.179	208.254	55.128	310.477	267.264
Mtur - FUNGETUR	42.561	816	9.966	13.185	66.528	36.913
Mapa - FUNCAFÉ	1.007	3.060	2.500	-	6.567	2.000
Repases do Exterior	51	0	51.249	85.749	137.049	59.627
AFD	51	-	51.249	85.749	137.049	59.627
Total - 2019	786.762	1.975.818	6.625.726	3.674.730	13.063.036	
Total - 2018	881.993	1.720.403	6.911.923	3.617.737	13.132.056	13.132.056

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2019	2018
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 15.1)	93.127	82.695
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Recolher	23.885	76.031
Impostos e contribuições a recolher	8.724	9.142
Total	125.737	167.868
Passivo circulante	62.532	99.701
Passivo exigível a longo prazo	63.205	68.167

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS

	2019	2018
Provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis (Nota 10)	114.054	109.755
Provisão para férias, 13º salário, licença-prêmio e encargos sociais	21.497	21.334
Provisão pra garantias financeiras prestadas (Nota 5.7)	23.810	29.347
Valores de mutuários a regularizar	5.658	6.193
Pagamentos a processar	1.199	3.482
Salários e benefícios a pagar	9.066	11.176
Pendências a regularizar	3.660	1.647
Provisão para assistência médica e PB II - inativos (Nota 22)	263.329	167.771
Obrigações por aquisição de bens e direitos (Nota 23)	-	10.628
Outras	9.457	12.741
Total	451.731	374.073
Passivo circulante	44.731	51.641
Passivo exigível a longo prazo	407.000	322.433

O montante de valores de mutuários a regularizar referem-se, principalmente, a valores recebidos em adiantamento de renegociações de crédito, pendentes de formalização, e de substituição de garantias contratadas.

13. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, PREVIDENCIÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

O montante dos riscos para os quais o BRDE constitui provisão está assim composto:

	2018	Constituição	Atualização	Baixa por:		2019
				Reversão	Pagamento	
Previdenciárias	14.361	-	180	-	-	14.541
Trabalhistas	32.925	22.123	2.104	(23.370)	(1.727)	32.055
Cíveis	62.469	-	4.989	-	-	67.458
Total	109.755	22.123	7.273	(23.370)	(1.727)	114.054

A provisão de natureza previdenciária refere-se a contribuições sobre verbas pagas por ocasião do Acordo Trabalhista de 1992, entendidas pela Justiça Trabalhista como de caráter indenizatório, já depositados em juízo.

De acordo com a Nota 3 (i) o montante de R\$ 32.055 (2018 – R\$ 32.925) refere-se a ações classificadas como perda provável. Adicionalmente, existem ações trabalhistas consideradas como de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco no montante de R\$ 93.524 (2018 - R\$ 110.215), que correspondem em grande parte a lides coletivas de equiparação entre os Planos de Cargos e Salários do BRDE.

As provisões cíveis são referentes aos seguintes fatos:

- R\$ 62.659 referem-se a honorários de sucumbência. Sobre este valor, o BRDE efetuou depósito judicial de R\$ 61.291;
- R\$ 3.908 referem-se a processo movido por mutuário pleiteando indenização. Esse processo está suportado por depósito judicial de mesmo montante; e
- R\$ 891 referem-se a embargos interpostos por mutuário contra execução de inadimplência.

Durante o exercício de 2017, o BRDE foi atuado pela RFB por excluir da base de cálculo do IRPJ e CSLL as variações monetárias ativas decorrentes de depósitos judiciais de natureza cível. O processo encontra-se em fase administrativa e de acordo com nossos consultores jurídicos, a probabilidade de perda é possível e seu valor, em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 24.253.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, subscrito e integralizado, está dividido em parcelas iguais entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estas parcelas são integralizadas mediante incorporação de eventuais contribuições financeiras e dos resultados gerados em cada Estado participante, que são apurados e controlados separadamente.

O BRDE, em atendimento à Resolução n.º 3.605/08 do Conselho Monetário Nacional destinou, no exercício findo em 31 de dezembro, os lucros acumulados do exercício corrente para a formação de uma Reserva de Capital - Fundo Regimental.

O fundo tem por finalidade receber os lucros que futuramente irão incorporar ao capital social. A incorporação deste fundo ao capital depende da capacidade dos Estados participarem proporcionalmente com os recursos retidos no Fundo, de modo a manter-se igualitária a participação de cada Estado no capital social.

Nos anos de 2018 e 2019, o BRDE procedeu as seguintes capitalizações:

Aumento do Capital Social	Valor
Capital Social - 31/12/2017	1.013.907
Capitalização 1º semestre 2018	90.735
Capitalização 2º semestre 2018	69.771
Capital Social - 31/12/2018	1.174.413
Capitalização 1º semestre 2019	96.180
Capitalização 2º semestre 2019*	72.600
Capital Social - 31/12/2019	1.343.193

* processo em homologação na data de 31/12/2019 e homologado em 10/03/2020 pelo Banco Central do Brasil.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL do período:

	2019		2018	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado do exercício, antes da tributação.	415.109	415.109	349.956	349.956
Adições e exclusões				
Provisão para passivos contingentes	4.299	4.299	(14.396)	(14.396)
Provisão para garantias financeiras prestadas	(5.537)	(5.537)	(11.444)	(11.444)
Provisão para operações de crédito	(60.663)	(60.663)	(141.396)	(141.396)
Créditos baixados como prejuízo	(161.754)	(161.754)	71.422	71.422
Provisão para outros créditos	(54.706)	(54.706)	47.887	47.887
Provisão para assistência médica	2.744	2.744	11.176	11.176
Atualização de depósitos judiciais	(3.482)	(3.482)	(3.612)	(3.612)
Renegociações tributadas por caixa	(5.117)	(5.117)	(38.011)	(38.011)
Recuperações judiciais - deferimento	23.671	23.671	(13.110)	(13.110)
Outros, líquidos	887	274	5.134	4.535
Base de cálculo	155.451	154.838	263.606	263.007
Imposto calculado	(23.317)	(23.228)	(39.541)	(52.601)
Adicional de imposto	(15.521)	-	(26.337)	-
Incentivos fiscais	2.678	-	4.100	-
Total provisão do imposto	(36.160)	(23.228)	(61.777)	(52.600)
Crédito Tributário (líquido de reversões)	(62.488)	(15.269)	(25.332)	(31.727)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(98.648)	(38.497)	(87.109)	(84.327)
Lucro Líquido do Exercício		277.964		178.520

15.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O BRDE constitui crédito tributário sobre as adições temporárias que serão futuramente dedutíveis nas bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social. Também é constituída obrigação tributária diferida sobre exclusões temporárias, contabilizada em "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". A movimentação, no ano de 2019, destes créditos e obrigações é apresentada a seguir:

Créditos tributários diferidos	2018	Constituição	Reversão	2019
Provisão para contingências	43.902	21.741	(14.319)	51.324
Provisão para garantias prestadas	11.470	3.392	(4.240)	10.622
Provisão para perdas com operações de crédito	131.906	87.094	(90.527)	128.473
Créditos baixados para prejuízo - temporariamente indedutíveis	151.684	179.829	(234.931)	96.582
Provisão para assistência médica e PB II - inativos	31.617	19.168	(5.826)	44.959
Licença prêmio em aquisição	382	366	(389)	359
Participação nos lucros e resultados	-	3.156	(3.156)	-
Ajuste ao valor de mercado de TVM	2.075	117	(291)	1.901
Insuficiência de depreciação	306	-	-	306
Provisão para perdas com outros créditos	22.069	3.067	(24.932)	204
Passivo Atuarial PB II - Abrangente	-	2.130	-	2.130
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	2.924	350	(339)	2.935
Total	398.335	320.410	(378.950)	339.795

Obrigações tributárias diferidas	2018	Constituição	Reversão	2019
Renegociações REFIS/RECOOP	1.647	206	-	1.853
Ativo Atuarial - PB I	-	7.062	-	7.062
Atualização de depósitos judiciais	22.850	4.423	-	27.273
Renegociações tributadas por caixa	29.414	12.036	(6.166)	35.284
Recuperação judicial - deferimento	28.784	10.892	(18.021)	21.655
Total	82.695	34.619	(24.187)	93.127

A movimentação líquida dos valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, ocorrida no exercício, foi de R\$ (46.402) e R\$ 7.612, respectivamente (2018 - R\$ (23.465) e R\$ (30.822)). O reflexo dessa movimentação foi contabilizado no resultado do semestre e, nos casos de ajuste ao valor de mercado de TVM, provisão para assistência médica e PB II – inativos, passivo atuarial PB II – abrangente e ativo atuarial PB I, nas respectivas contas do patrimônio líquido.

Os créditos e as obrigações foram classificados conforme previsão de realização, sendo que aqueles créditos tributários cuja expectativa de realização está prevista para um período superior a 10 anos, não reconhecidos no balanço de 31 de dezembro, montam R\$ 85.481 (2018 – R\$ 55.299).

A seguir apresenta-se a expectativa de realização dos créditos e obrigações totais:

	Créditos Tributários	Obrigações Tributárias
2020	87.179	29.922
2021	104.476	37.095
2022	52.303	5.894
2023	21.772	4.554
2024	16.462	2.430
2025 a 2029	57.603	10.514
2030 em diante	85.481	2.718
Total	425.276	93.127

O valor presente dos créditos tributários contabilizados, calculados considerando-se a taxa de captação praticada pelo BRDE, totaliza R\$ 284.147 (2018 - R\$ 227.813) e o valor presente das obrigações tributárias contabilizadas é de R\$ 82.334 (2018 - R\$ 46.173).

16. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	2019 - 2º sem.	2019	2018
Rendas de Empréstimos	14.338	36.471	47.956
Rendas de Financiamentos	225.304	444.288	466.269
Rendas de Financiamentos a Exportação	-	-	3.356
Rendas de Financiamentos Rurais	247.939	499.281	551.838
Rendas de Financiamentos Agroindustriais	23.744	40.507	20.943
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	88.887	125.465	176.061
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	171	171	1.926
Total	600.383	1.146.183	1.268.349

17. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2019 - 2º sem.	2019	2018
Tarifa de Análise	4.890	9.018	8.474
Tarifa de Cadastro	1.633	2.442	2.437
Tarifa de Fiscalização e Acompanhamento	6.541	11.791	7.654
Tarifa Elaboração de Parecer/Laudos/Estudo Técnico	274	981	337
Tarifa de Estruturação de Garantias	328	497	420
Rendas de Garantias Prestadas	2.138	6.047	8.700
Outras tarifas	1.184	1.463	1.061
Total	16.988	32.239	29.083

18. DESPESAS COM PESSOAL

	2019 - 2º sem.	2019	2018
Remuneração	57.209	111.387	105.381
Encargos Sociais	25.082	47.808	44.102
Benefícios	5.400	12.817	20.004
Honorários	2.502	4.405	4.123
Outros	1.312	2.542	2.434
Total	91.506	178.959	176.044

19. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019 - 2º sem.	2019	2018
Aluguéis	703	1.387	1.581
Comunicações	542	1.287	1.456
Manutenção e Conservação de Bens	1.953	3.769	3.446
Processamento de Dados	2.268	4.731	3.573
Promoções e Relações Públicas	2.142	2.564	3.290
Publicidade e Propaganda	2.933	3.759	2.519
Serviços do Sistema Financeiro	932	1.251	2.087
Serviços de Terceiros	1.183	2.389	2.358
Serviços Técnicos Especializados	1.247	2.732	3.175
Transportes	817	1.650	1.775
Viagem	1.724	3.160	3.571
Emolumentos Judiciais e Cartorários	1.297	2.425	1.735
Despesas Estatutárias	2.391	4.868	4.054
Incentivos Fiscais	1.612	1.612	2.896
Taxa de administração do fundo	1.175	2.300	2.287
Depreciação e Amortização	3.876	7.717	5.776
Outras	2.436	5.720	3.297
Total	29.231	53.321	48.876

20. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2019 - 2º sem.	2019	2018
Reversão da provisão sobre garantias prestadas	3.843	7.271	36.737
Reversão da provisão de processos trabalhistas	5.355	23.370	10.722
Atualização de depósitos judiciais	1.632	3.482	3.612
Remuneração Administração FSA	4.418	6.646	19.782
Correção monetária valores ativos	-	14	6.472
Outras	4.119	4.942	27.142
Total	19.367	45.725	104.467

O saldo registrado em 2018 na conta de "outras" é substancialmente composto pelo montante de R\$ 14.605 referente a diferença entre o valor pago pela Secretaria do Tesouro Nacional e o que constava registrado patrimonialmente pelo Banco.

21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2019 - 2º sem.	2019	2018
Despesa com provisões cíveis	7.479	8.913	2.811
Despesa com provisões trabalhistas	4.701	23.474	11.376
Despesa com provisões fiscais e tributárias	86	180	248
Despesa com provisão sobre garantias prestadas	1.697	2.410	25.733
Atualização de passivos contingentes	7.696	15.261	13.188
Atualização do saldo devedor - aquisição de imóvel	367	948	1.006
Outras	9.473	14.042	10.533
Total	31.499	65.228	64.895

22. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

O Banco oferece planos de benefícios de previdência e programa de assistência à saúde que são classificados como planos de benefícios pós-emprego, conforme Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012.

A contabilização dos passivos/ativos pós-emprego e respectivas despesas/receitas relativas aos planos de benefícios pós-emprego é realizada de acordo com o citado Pronunciamento Técnico e com laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2019.

22.1 Característica dos planos de benefícios

22.1.1 – Plano de benefícios de previdência

O BRDE é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, criada com o objetivo de oferecer aos empregados de seus patrocinadores, o BRDE e a própria Fundação, benefícios suplementares àqueles da Previdência Oficial, em especial suplementação de aposentadoria e pensão. O Banco tem participação na governança do ISBRE por meio de indicação de membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da Fundação.

O ISBRE opera dentro da estrutura regulatória do sistema de previdência complementar fechada, tendo por órgão regulador o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e fiscalizador a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, considerando as normas emitidas por esses órgãos, bem como o disposto na Lei Complementar nº 108/2001 e na Lei Complementar nº 109/2001 e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para aplicação dos recursos garantidores dos planos. O ISBRE realiza a gestão de dois planos de benefícios de previdência, ambos patrocinados pelo BRDE:

- Plano de Benefícios I (PB I): estruturado na modalidade de Benefício Definido, em que o nível dos benefícios concedidos pelo Plano é determinado previamente e em função do salário do participante na fase de atividade, encontra-se fechado para novas adesões. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de inatividade, sendo que, os participantes ainda em atividade apresentam tempo médio

para atingimento das elegibilidades para solicitação de início de aposentadoria pelo Plano de apenas 1 (um) ano.

O PB I expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e da taxa de juros. O PB I se encontra em situação superavitária, apurada conforme regras locais emitidas pelo CNPC e pela PREVIC, tendo alocado recursos decorrentes do excedente patrimonial em Reserva de Contingência e Reserva Especial, conforme Resolução CNPC nº 30/2018, e com início de destinação parcial de recursos da Reserva Especial formada no exercício de 2018 para os participantes, assistidos e patrocinadores do Plano a partir de 01.01.2020.

Em dezembro de 2019, o Banco figura como patrocinador de 62 participantes ativos (2018 - 68), 390 aposentados (2018 - 394) e 94 pensionistas (2018 - 89).

- Plano de Benefícios II (PB II): implementado no primeiro semestre de 2002, estruturado na modalidade de Contribuição Variável, no qual os benefícios programados de renda vitalícia são determinados na data da concessão do benefício a partir do montante capitalizado das contribuições do BRDE e dos participantes em saldos de contas individuais. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de atividade.

O PB II expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e da taxa de juros, ainda que em menor grau do que o PB I, em decorrência da sua estrutura na modalidade de Contribuição Variável, em que durante o período de atividade as contribuições são alocadas em contas individuais e há apenas riscos decorrentes da probabilidade de falecimento ou invalidez dos participantes.

Em dezembro de 2019, o Banco figura como patrocinador de 348 participantes ativos (2018 - 345), 3 aposentados (2018 - 2) e 15 pensionistas (2018 - 15).

Devido às disposições contidas no parágrafo 3º do art. 202 da Constituição Federal, o BRDE encontra-se limitado a realizar contribuições ao ISBRE de, no máximo, mesmo valor das contribuições efetuadas pelos participantes. No PB I, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores, mesmo inativos. No PB II, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores até um nível pré-determinado, observado o Regulamento e o plano de custeio anual. Não é prevista contribuição normal para os assistidos do Plano de Benefícios II.

Como parte da gestão dos planos de benefícios de previdência, o ISBRE implementa estratégias de confrontação de ativos/passivos por meio da realização anual de estudos de *Asset and Liability Management* – ALM, bem como procede estudos de aderência periódicos das tábuas atuariais utilizadas nas projeções de fluxos de caixa com pagamento futuro de benefícios.

22.1.1 – Programa de assistência à saúde - PAS

O BRDE oferece aos seus funcionários aposentados, integrantes do Regulamento de Pessoal I, assim como a seus respectivos dependentes, a exemplo dos funcionários ativos, Programa de Assistência à Saúde (PAS) com ressarcimento parcial de despesas médicas. São também beneficiários do PAS os ex-funcionários que recebem complementação de aposentadoria pelo PB I do ISBRE, e seus respectivos dependentes, bem como os dependentes de funcionários falecidos, tendo por reflexo a necessidade de reconhecimento de passivo pós-emprego pelo BRDE, registrado na rubrica “Outras Obrigações – Diversas”.

O PAS é estruturado na modalidade de pós-pagamento, oferecendo cobertura vitalícia de assistência à saúde para os segurados, que também sejam assistidos do ISBRE, e seus dependentes. Portanto, o Programa expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência da cobertura vitalícia, de taxa de juros e de elevação dos custos médicos.

Em dezembro de 2019, o grupo com cobertura de pós-emprego totaliza 863 beneficiários (2018 - 970).

22.2 Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido

22.2.1 – Passivo (ativo) de benefício definido

	Plano de Benefícios I		Plano de Benefícios II		PAS	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Valor presente das obrigações atuariais	1.016.128	835.644	24.052	15.298	259.352	167.676
Valor justo dos ativos do plano	(1.167.285)	(992.238)	(20.075)	(15.202)	-	-
Deficit (superavit) apurado	(151.157)	(156.593)	3.977	96	259.352	167.676
Efeito no teto do ativo	135.366	156.593	-	-	-	-
Passivo (ativo) atuarial líquido	<u>(15.791)</u>	<u>-</u>	<u>3.977</u>	<u>96</u>	<u>259.352</u>	<u>167.676</u>

O Conselho Deliberativo do ISBRE aprovou no fim do exercício de 2019 destinação da Reserva Especial do PB I formada no exercício de 2018, na forma de redução parcial das contribuições, com início em janeiro/2020. A partir da informação do montante que será destinado aos patrocinadores do Plano, apurou-se o valor presente de benefícios econômicos disponíveis para o Banco na forma de reduções nas contribuições futuras para o Plano, conforme definição do CPC 33 (R1), tendo resultado em um Teto do Ativo de R\$ 15.791 mil, valor reconhecido pelo Banco como um ativo atuarial líquido (Nota 7). O Teto do Ativo é definido pela CPC 33(R1) como "o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituição provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano".

22.2.2 – Conciliação do valor presente das obrigações atuariais

	Plano de Benefícios I		Plano de Benefícios II		PAS	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Obrigações atuariais no início do período	835.644	788.325	15.299	11.259	167.676	141.540
Custo do serviço corrente líquido	126	246	675	572	598	1.096
Contribuições de participante realizadas no período	844	1.060	-	-	-	-
Despesa de juros	72.544	71.620	1.371	1.056	14.998	13.183
Benefícios pagos no período	(60.989)	(58.302)	(809)	(780)	(9.690)	(6.266)
(Ganhos)/perdas - mudanças nas premissas demográficas	15.455	-	2.018	1.939	-	16.603
(Ganhos)/perdas - mudanças nas premissas financeiras	154.332	35.399	5.323	1.040	53.995	9.023
(Ganhos)/perdas - ajustes pela experiência	(1.828)	(2.704)	177	213	31.775	(7.504)
Obrigações atuariais no fim do período	<u>1.016.128</u>	<u>835.644</u>	<u>24.054</u>	<u>15.299</u>	<u>259.352</u>	<u>167.676</u>

22.2.3 – Conciliação do valor justo dos ativos

	Plano de Benefícios I		Plano de Benefícios II	
	2019	2018	2019	2018
Valor justo dos ativos no início do período	(992.238)	(922.191)	(15.202)	(12.054)
Benefícios pagos no período	60.989	58.302	809	780
Contribuições de participante realizadas no período	(844)	(1.060)	-	-
Contribuições do empregador realizadas no período	(7.850)	(7.745)	(1.478)	(1.255)
Receita de juros	(86.988)	(84.611)	(1.421)	(1.191)
Retorno sobre os ativos abaixo (acima) da receita de juros	(140.355)	(34.933)	(2.783)	(1.483)
Valor justo dos ativos no fim do período	(1.167.286)	(992.238)	(20.075)	(15.202)

22.2.4 – Conciliação do efeito do teto de ativo (*asset ceiling*)

	Plano de Benefícios I		Plano de Benefícios II	
	2019	2018	2019	2018
Efeito do teto de ativo no início do período	156.593	133.867	-	795
Despesa de juros	14.130	12.663	-	76
Mudanças no efeito do teto de ativo	(35.357)	10.063	-	(871)
Efeito do teto de ativo no fim do período	135.366	156.593	-	-

22.3 Reconhecimento dos custos de benefício definido

Conforme item 120 do CPC 33(R1), o BRDE deve reconhecer o custo do serviço e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) atuarial no resultado e as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) em outros resultados abrangentes.

A tabela abaixo apresenta o reconhecimento dos componentes de custo de benefício definido em resultado e em outros resultados abrangentes, bem como a reconciliação do passivo (ativo) atuarial líquido.

	Plano de Benefícios I		Plano de Benefícios II		PAS	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>97</u>	<u>-</u>	<u>167.676</u>	<u>141.540</u>
Custo do serviço corrente líquido	126	246	675	572	598	1.096
Despesa de juros - valor presente das obrigações atuariais	72.544	71.620	1.371	1.056	14.998	13.183
Despesa de juros - efeito do teto de ativo	14.130	12.663	-	76	-	-
Receita de juros - valor justo dos ativos	(86.987)	(84.611)	(1.422)	(1.191)	-	-
Despesa (receita) reconhecida no Resultado	(187)	(81)	624	513	15.596	14.280
(Ganhos)/perdas no valor presente das obrigações atuariais	167.958	32.695	7.517	3.192	85.770	18.122
Mudanças no efeito do teto de ativo	(35.357)	10.063	-	(871)	-	-
Retorno sobre os ativos abaixo (acima) da receita de juros	(140.355)	(34.933)	(2.783)	(1.483)	-	-
Remensurações em Outros Resultados Abrangentes	(7.754)	7.826	4.734	838	85.770	18.122
Contribuições do Banco no período	(7.850)	(7.745)	(1.478)	(1.255)	(9.690)	(6.266)
Passivo (ativo) atuarial líquido no fim do período	<u>(15.791)</u>	<u>-</u>	<u>3.977</u>	<u>96</u>	<u>259.352</u>	<u>167.676</u>

22.4 Composição do valor justo dos ativos

Os planos PB I e PB II mantêm ativos que são utilizados para cobertura total ou parcial das obrigações atuariais. O quadro abaixo apresenta a composição da carteira de investimentos dos planos em classes conforme a natureza e risco desses ativos.

	Plano de Benefícios I		Plano de Benefícios II	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalente	0,00%	0,00%	0,01%	0,00%
Renda fixa	86,22%	92,22%	83,45%	91,00%
Renda variável	2,80%	2,67%	4,23%	2,16%
Imobiliário	1,30%	1,54%	0,38%	0,52%
Estruturado	9,25%	2,98%	9,94%	3,52%
Carteira de empréstimos	0,43%	0,58%	1,99%	2,80%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

22.5 Premissas atuariais

A apuração da obrigação do Banco com os planos de benefícios pós-emprego requer a adoção de estimativas e premissas atuariais e financeiras de longo prazo, bem como a aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Portanto, a utilização de estimativas e premissas pode resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, ocasionando impactos, negativos ou positivos, às operações do Banco.

As taxas de desconto, em termos reais, foram apuradas considerando a interpolação das taxas de referência do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, conforme a *duration* de cada plano de benefícios pós-emprego: 8,81 anos para o PB I, 12,94 anos para o PB II e 14,68 anos para o PAS.

O quadro abaixo apresenta as premissas atuariais utilizadas para determinar o valor presente da obrigação atuarial.

	PB I		PB II		PAS	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Taxa de desconto atuarial (real)	3,11%	4,82%	3,37%	4,97%	3,45%	4,97%
Retorno real esperado sobre os ativos	3,11%	4,82%	3,37%	4,97%	3,45%	4,97%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	4,21%	4,21%	4,21%	4,21%	N/a	N/a
HCCTR ("Inflação Médica")	N/a	N/a	N/a	N/a	3,50%	3,50%
Fator de capacidade sobre os benefícios	100,00%	98,20%	100,00%		100,00%	
Fator de capacidade sobre os salários	100,00%	98,20%	100,00%		100,00%	
Inflação esperada	4,01%	3,61%	4,01%	3,61%	4,01%	3,61%
Taxa de desconto nominal	6,83%	9,02%	7,10%	9,18%	7,18%	9,18%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	6,83%	9,02%	7,10%	9,18%	7,18%	9,18%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	7,97%	8,38%	7,97%	8,38%	N/a	N/a
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	3,61%	4,01%	3,61%	4,01%	7,24%	7,65%
Mortalidade geral	AT 2000 (Suavizada em 10%), segregada por sexo					
Mortalidade de inválidos	MI 85, segregada por sexo					
Entrada de invalidez	Álvaro Vindas					
Taxa anual de rotatividade	Nula					
Composição familiar	Família média. Para pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.		Família média. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.		Família efetiva (conforme informações cadastrais)	

22.5.1 – Análise de sensibilidade das premissas atuariais

A tabela abaixo apresenta análise de sensibilidade das premissas atuariais significativas, em relação ao efeito no valor presente da obrigação atuarial no caso de alteração de premissa, considerando variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto R\$ mil			Impacto %		
		PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Taxa de desconto	aumento de 0,5 p.p	(50.214)	(1.932)	(20.357)	(4,9%)	(8,0%)	(7,8%)
	redução de 0,5 p.p	54.807	2.202	23.729	5,4%	9,2%	9,1%
Expectativa de vida	aumento de 1 ano	20.944	(189)	11.959	2,1%	(0,8%)	4,6%
	redução de 1 ano	(20.742)	214	(11.592)	(2,0%)	0,9%	(4,5%)
HCCTR	aumento de 0,5 p.p	-	-	23.593	-	-	9,1%
	redução de 0,5 p.p	-	-	(20.440)	-	-	(7,9%)

22.6 Fluxos de caixa futuros

22.6.1 – Fluxo de caixa ocorrido no período e esperado para o próximo período

	Plano de Benefícios I		Plano de Benefícios II		PAS	
	Ocorrido em 2019	Esperado em 2020	Ocorrido em 2019	Esperado em 2020	Ocorrido em 2019	Esperado em 2020
Contribuições do empregador	7.850	2.802	1.478	1.418	9.690	10.056
Contribuições de participante	844	61	-	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	60.989	65.663	809	919	9.690	10.056
Benefícios pagos diretamente pelo Banco	-	-	-	-	-	-

22.6.2 – Perfil de vencimento da obrigação atuarial

Os montantes apresentados na tabela abaixo representam a expectativa de pagamento de benefícios pelos planos de benefícios de previdência e, no caso do PAS, dispêndio de caixa pelo Banco para cobertura das obrigações.

	Plano de Benefícios I	Plano de Benefícios II	PAS
2020 a 2024	309.986	5.239	55.233
2025 a 2029	284.510	7.396	66.283
Após 2029	719.240	64.383	457.266

23. PARTES RELACIONADAS

(a) Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE

No segundo semestre de 2005, o BRDE adquiriu o imóvel onde se encontra instalada sua agência de Curitiba, no valor de R\$ 8.720, sendo R\$ 8.000 financiados para pagamento em 25 anos com encargos de INPC mais juros de 6% a.a. (nota 8). O financiamento foi quitado em 20/12/2019.

O BRDE aluga salas de propriedade da Fundação ISBRE para uso das suas atividades operacionais. As despesas com o referido aluguel estão registradas em "Outras Despesas Operacionais".

A Fundação reembolsa todas as despesas com remuneração e encargos que o BRDE tem com os funcionários cedidos que desempenham funções de diretoria no ISBRE.

O Banco paga à Fundação contribuições mensais na função de patrocinador dos planos de benefício e registra no resultado em "Despesas de Pessoal".

	Direitos (Obrigações)		Receitas / (Despesas)	
	2019	2018	2019	2018
Compra imóvel agência Curitiba	-	(10.628)	(948)	(1.006)
Locação de salas	-	-	(680)	(639)
Ressarcimento de salários	-	-	117	556
Contribuição patronal	-	-	(13.865)	(10.457)
Total de operações com ISBRE	-	(10.628)	(15.376)	(11.546)

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

São partes relacionadas as pessoas físicas integrantes do Conselho de Administração, Conselho de Auditoria e da Diretoria, assim considerados como pessoal-chave da Administração, que receberam no exercício findo em 31/12/2019 os seguintes valores constituídos de renumeração, encargos e benefícios:

	2019	2018
Honorário recebidos	5.680	5.393
Diretoria	5.052	4.832
Conselho de Administração	414	400
Comitê de Auditoria	214	161
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	215	134
Total	5.895	5.527

24. CAPITAL REGULAMENTAR

De acordo com os critérios estabelecidos nas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e 4.193/2013, e demais normas complementares, apresentamos os valores do Patrimônio de Referência, dos Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Basileia, na data de 31 de dezembro.

	2019	2018
Patrimônio de Referência	<u>2.872.314</u>	<u>2.669.484</u>
Total de ativos ponderados pelo risco (RWA)	<u>15.761.171</u>	<u>15.258.536</u>
Risco de Crédito - RWA_{CPAD}	14.489.617	14.035.101
Risco de Mercado - RWA_{MPAD}	16.015	5.585
Risco Operacional - RWA_{OPAD}	1.255.539	1.217.850
Risco taxa de juros da carteira não negociável (R_{BAN})	80.246	22.952
Margem sobre o PR considerando R_{BAN}	1.137.146	1.044.386
Índice de Basileia	18,22	17,50

25. GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O BRDE possui estrutura própria de comitês para o gerenciamento dos seus riscos.

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional, abaixo definidos:

Risco de Crédito: é a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados.

O gerenciamento do risco de crédito no BRDE é realizado por meio da classificação dos clientes em níveis de risco, utilizados também nos processos de concessão de crédito, bem como pelo monitoramento dos clientes por uma área específica do Banco.

Risco de Mercado: está diretamente relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações dos mercados de taxas de juros e câmbio dentro e fora do país.

Risco de Liquidez: está relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da instituição em obter recursos para honrar seus compromissos.

A política de risco de mercado e liquidez tem como propósito mitigar possíveis perdas decorrentes das variações de preços de mercado, de moedas e de taxas de juros dos ativos e passivos e de descasamento de fluxos de caixa. Como o BRDE atua basicamente com operações de repasse "casadas" entre a parte ativa e a passiva, esses riscos são reduzidos.

Risco Operacional: o Banco possui estrutura responsável por identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais da instituição.

Essa estrutura, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada à sua mitigação. O relatório descritivo do gerenciamento do risco operacional encontra-se na sede do Banco.

O BRDE considerou como aceitável a sua exposição aos riscos mencionados acima e não contratou no período operações envolvendo Instrumentos Financeiros Derivativos.

* * *

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE

DIRETORIA

Diretor-Presidente

MARCELO HAENDCHEN DUTRA

Vice-Presidente, Diretor de Planejamento
e Diretor Financeiro

LUIZ CORRÊA NORONHA

Diretor de Acompanhamento e
Recuperação de Créditos

VLADIMIR ARTHUR FEY

Diretor de Operações
WILSON BLEY LIPSKI

Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BORGES DA SILVEIRA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

MARCELO HAENDCHEN DUTRA

Conselheiros:

VALMOR WEIS

WAGNER CARLOS AICHNER

JULIANA BALDESSAR WEBER BECKER

WAGNER MARCOS SALAI

RAFFAELE MARSIAJ QUINTO DI CAMELI

MARCO VINICIUS AGUIRRE GOUVÊA

FABIANO MEASSI

Contador Geral-CRCRS-070.237/O-6

CPF – 899.528.120-00



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA Período findo em 31/12/2019

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria - COAUD é um órgão estatutário do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, constituído em 22 de junho de 2016, sendo suas atividades definidas pela Lei nº 13.303/2016 nos termos da Resolução do CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004. As informações constantes deste relatório são as requeridas pelas normas supracitadas que estabelecem que o Comitê de Auditoria deve elaborar, ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro, documento denominado relatório do comitê de auditoria. Durante o 2º semestre de 2019 foram realizadas três reuniões, onde foram exercidas as atribuições regulamentares, com o estabelecimento de regras operacionais para seu próprio funcionamento, submetendo ao Conselho de Administração a Resolução BRDE CA nº 2.595, que aprovou o Regimento Interno do Comitê de Auditoria – COAUD, em 24/10/2019. No tocante à educação continuada, os integrantes, à época, participaram de treinamento interno para Administradores de Empresas Públicas relacionado a regulamentação pertinente para o desenvolvimento das atividades. Como informação superveniente, após aprovação do Banco Central do Brasil, os signatários foram empossados como integrantes deste Comitê, na data de 28/02/2020, o Sr. Alex Mussoi Ribeiro, e a Sra. Lauren de Vargas Momback, em 23/03/2020. Assim, foram analisadas as demonstrações contábeis da data-base de 31/12/2019, e examinados e aprovados o Relatório do Comitê de Auditoria relativo às atividades desenvolvidas no período, e o resumo abaixo:

I - AUDITORIA INTERNA

O Comitê avaliou as atividades da Auditoria Interna, atestando a efetividade e adequação dos procedimentos e do cumprimento de dispositivos legais e normativos internos e externos aplicáveis ao BRDE. Bem como, acompanhou a evolução do atendimento, pelas áreas gestoras, das recomendações emitidas pela AUDIN, pela auditoria independente e pelos órgãos de supervisão e fiscalização, objetivando a mitigação dos riscos identificados.

II - SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

O Comitê avaliou as atividades da Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, atestando a efetividade dos sistemas de controle interno da Instituição no cumprimento dos dispositivos legais.

III - AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê avaliou como satisfatória a qualidade e o detalhamento das informações fornecidas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras do BRDE e demais relatórios obrigatórios e/ou contratuais, não tendo sido constatadas situações que possam prejudicar a independência dos auditores.

IV - SUPERINTENDÊNCIA FINANCEIRA

Em atendimento às atribuições de revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente, o Comitê de Auditoria apreciou os seguintes documentos: as Demonstrações Financeiras; as Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial; Demonstrações em IFRS; Relatório da Administração; Relatório dos Auditores Independentes, referentes à data-base de 31 de dezembro de 2019. Com base nas atividades desenvolvidas, não identificando descumprimento das normas, ato ou omissão por parte dos administradores do BRDE que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a fidedignidade das demonstrações financeiras concluímos que as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares, entendendo que as referidas demonstrações financeiras, são adequadas, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração. Diante disso, o Comitê de Auditoria, ponderadas as suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, não observou situações nas quais existam divergências significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras do BRDE pertinentes à data-base de 31 de dezembro de 2019.

Porto Alegre, 23 de março de 2020.

ALEX MUSSOI RIBEIRO
Coordenador do Comitê de Auditoria
Representante do Estado de SC

LAUREN DE VARGAS MOMBACK
Membro do Comitê de Auditoria
Representante do Estado do RS